COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 051/2023.

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 071/2023 " DISPÕE SOBRE A FILIAÇÃO DESTA CÂMARA MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DECAMARAS MUNICIPAIS".

I – Introdução

Trata-se de análise técnica acerca do Projeto de Resolução Legislativa n. º 071/2023 de autoria do Mesa Diretora do Poder Legislativo que busca a aprovação da proposição da Filiação desta Câmara Municipal na Associação Brasileira de Câmara Municipais – ABRACAM.

A Propositura foi devidamente protocolizada na Diretoria Geral da Câmara Municipal de Mirante da Serra, após admissibilidade da Presidência foi encaminhada para ser lida em sessão plenária atendendo o disposto nos termos do artigo 99 do Regimento Interno.

Após leitura em sessão ordinária e seguindo as regras regimentais pertinentes ao processo legislativo, a matéria foi remetida a essas Comissões para análise e emissão de parecer.

II – Análise

Em estudo a matéria acima, vimos que tem boa técnica de redação, atende as normas legais, estando de acordo com o que dispõe a Lei complementar 95/98 Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, em conformidade com Regimento Interno desta Casa.

No tocante à iniciativa, há respaldo legal do Prefeito, como expõe em suas razões motivadoras.

Quanto ao aspecto legal, o projeto tem necessidade da alteração para inclusão de nova programação orçamentária na referida lei para dar continuidade na utilização dos recursos.

Quanto à técnica legislativa, a matéria mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

Diante do exposto, a presente proposição atende aos anseios da comunidade Mirantese.

III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido.

Por isso, voto pela sua aprovação

Sala das Comissões, Em, 28 de Março de 2023

WILLIAN SANCHES
RELATOR/CPJR

O parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em sessão de 28 de março de 2023, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação de Resolução Legislativa n. º 071/2023.

Sala das Comissões, Em, 28 de Março de 2023

LUIZ BARBOSA DOS SANTOS
PRECIDENTE/CPJR

WILLIAN SANCHES
RELATOR/CPJR

CRISTIANO CORREA DA SILVA
MEMBRO/CPJR